



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570346 - RJ (2020/0078985-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ISRAEL ALVES BEZERRA DE ALENCAR (PRESO)  
**PACIENTE** : WENDELL TELLES BALDUINO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WENDELL TELLES BALDUINO e ISRAEL ALVES BEZERRA DE ALENCAR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos da Apelação Criminal n.º 0191082-59.2016.8.19.0001.

Narra a Impetrante que os Pacientes foram denunciados pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 16, parágrafo único, da Lei n.º 10.826/2003; 329 do Código Penal e 244-B da Lei n.º 8.069/1990. Encerrada a instrução, o Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a denúncia para condená-los à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime fechado, sendo, ainda, absolvidos da imputação do delito de corrupção de menor (fls. 90-108).

Interpostas apelações, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso defensivo e deu provimento ao ministerial nos termos da seguinte ementa (fls. 112-113):

*"EMENTA - CRIMES DE PORTE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA, DE RESISTÊNCIA E DE CORRUPÇÃO DE MENORES – PREFACIAL DE INÉPCIA DE DENÚNCIA - REJEIÇÃO - EXORDIAL QUE NARROU OS FATOS E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS, ATENDENDO AO QUE ESTABELECE O ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL -PLEITO MINISTERIAL DE CONDENAÇÃO NOS TERMOS DA DENÚNCIA –AGENTES CRIMINOSOS PRESOS, NA COMPANHIA DE UM ADOLESCENTE, PORTANDO UM REVÓLVER TAURUS CALIBRE.38 COM NUMERAÇÃO RASPADA E COM ESTOJOS DO MESMO CALIBRE, ALÉM DE UM CARREGADOR CALIBRE .45,APÓS RESISTIREM À ABORDAGEM POLICIAL, CONSISTENTE EM DISPAROS DE ARMA DE FOGO CONTRA A GUARNIÇÃO -MATERIALIDADE COMPROVADA – AUTORIA INDUVIDOSA PARA OS DELITOS DESCRITOS NA INICIAL ACUSATÓRIA – INSUSTENTÁVEIS AS TESES DEFENSIVAS DE FRAGILIDADE PROBATÓRIA, DE ERRO DE TIPO E DE ATIPICIDADE DA CONDUTA - DEPOIMENTOS SEGUROS, COERENTES E HARMÔNICOS DOS POLICIAIS – VALIDADE – SUMULA 70 DO TJERJ - CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES PLENAMENTE CONFIGURADO – O*

*DELITO CAPITULADO NO ARTIGO 244-B DA LEI Nº 8.069/90 É DE NATUREZA FORMAL, INDEPENDENDO DE PROVA DE ANTERIOR OU POSTERIOR DA CORRUPÇÃO DO ADOLESCENTE, SENDO BASTANTE QUE O AGENTE DE MAIOR IDADE PRATIQUE O CRIME NA COMPANHIA DO MENOR – PROVAS SEGURAS QUANTO AO CRIME PREVISTO NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO E DO COMPARTILHAMENTO DA ARMA DE FOGO PELOS APELANTES E PELO ADOLESCENTE INFRATOR – DELITO DE RESISTÊNCIA AMPLAMENTE DEMONSTRADO – AGENTES CRIMINOSOS NÃO OBEDECEM ORDEM LEGAL DOS POLICIAIS E OS ATACAM COM DISPAROS DE ARMA DE FOGO – PREQUESTIONAMENTO ALMEJADO QUE NÃO SE CONHECE – PRELIMINAR REJEITADA – PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO – PROVIMENTO DO APELO MINISTERIAL – CONDENAÇÃO DOS APELANTES NAS SANÇÕES DOS ARTIGOS 16 DA LEI Nº 10.826/03, ARTIGO 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ARTIGO 329 DO CÓDIGO PENAL, EM CONCURSO MATERIAL, ÀS PENAS DE 06 (SEIS) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 13 (TREZE) DIAS-MULTA, À RAZÃO UNITÁRIA MÍNIMA."*

Nesta impetração, a Defesa alega constrangimento ilegal em razão da condenação dos Pacientes pelo crime de corrupção de menor, indagando *"se o agente maior de idade, ao fazer-se acompanhar por menor de idade, teve o dolo de corrompê-lo e se há prova deste dolo"* (fl. 5).

Sustenta, para tanto, que *"cabia à acusação provar o dolo do agente de corromper ou facilitar a corrupção do menor de 18 anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la"*, o que efetivamente não ocorreu (fl. 6).

Requer, em liminar, a suspensão dos efeitos da condenação dos Pacientes por corrupção de menor. No mérito, pleiteia a concessão da ordem para absolver os Pacientes da imputação de corrupção de menor, reduzindo *"as penas-base das condenações"* (fl. 17).

É o relatório inicial.

Passo ao exame do pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

No que diz respeito ao afastamento da condenação em relação ao art. 244-B da Lei n.º 8.069/1990, sob o argumento, em síntese, de que não foi demonstrado o dolo dos Pacientes de corromperem o Adolescente, incide no caso, em juízo preliminar, a Súmula n.º 500 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual *"a configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal"*.

Além disso, trata-se de pleito, em princípio, descabido na via eleita, em que é vedado o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos.

Nesse sentido: *"[o] pedido de absolvição do delito previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 não pode ser apreciado por esta Corte Superior de Justiça, por demandar o aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na estreita via do habeas corpus"* (HC 459.400/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em

25/09/2018, DJe 08/10/2018).

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nas quais deverão constar, ainda, a respectiva senha ou chave de acesso para consulta aos andamentos processuais, caso a página eletrônica da Corte a quo requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora